

ENTREVISTA

JOÃO BATISTA DE ABREU

Por: Nair Prata, Nelia Del Bianco e Karina Woehl de Farias



“Esse período tenso da história do país e do radiojornalismo precisa ficar registrado para que não caia no esquecimento, principalmente entre os jovens, que não viveram sob a mordada hertziana, nem na escuridão do silêncio. Não existem heróis, nem vilões; apenas personagens anônimos que, de alguma forma – e quase sempre com a aprovação silenciosa dos gerentes e donos de emissoras – exerceram algum tipo de resistência”

Os bastidores da resistência à censura no rádio

No contexto atual de disputas sobre a interpretação histórica da ditadura, iniciativas de preservação da memória e justiça competem com discursos que promovem a militarização e o controle social repressivo. Esses ecos autoritários destacam a necessidade de uma análise crítica dos eventos e suas consequências. No marco dos 60 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil, a **Revista Radiofonias** publica este dossiê para que pesquisadores de rádio e mídia sonora possam contribuir com estudos sobre o período.

Durante a ditadura militar no Brasil, as emissoras de rádio enfrentaram diversos problemas significativos como censura, perseguição a jornalistas e radialistas, controle e vigilância, propaganda do regime e autocensura, contribuindo para o silenciamento de muitas vozes contrárias ao regime e que marcaram profundamente a história das mídias no país.

Ao revisitar essas questões, para uma compreensão crítica da democracia e da história, nesta edição da **Revista Radiofonias** conversamos com o jornalista e professor João Batista de Abreu, que vivenciou os desafios impostos pela ditadura em emissoras de rádio. A partir do seu olhar experiente e aguçado, o professor relembra fatos de destaque daquele período e faz análises que atualizam as vivências de um tempo que ainda ressoa entre nós.

Radiofonias: Professor, começamos esta entrevista buscando entender a configuração da censura em nosso país durante a ditadura militar. Havia tipos diferentes de censura?

João Batista de Abreu: Sim, pelo menos três tipos de censura. A oficial, imposta pelo Estado, ocupado por um regime autoritário; a censura interna, determinada pelo dono dos meios de comunicação, geralmente para atender interesses econômicos do grupo e de anunciantes. Em algumas emissoras populares cariocas, o próprio chefe do Jornalismo se encarregava de cumprir a missão de censor interno, descartando as notícias que poderiam causar problemas. A alegação era de que determinados temas não faziam parte da linha editorial do grupo. O terceiro tipo – e com certeza o pior deles – é a autocensura, porque exige as duas outras instâncias de qualquer intervenção. Se o jornalista – ou outro produtor de conteúdo – induz a priori que o assunto/episódio não merecerá cobertura, por conta de circunstâncias políticas, econômicas, culturais ou morais, a tendência é prevalecer o silêncio. Ao contrário, quando o meio de comunicação decide acompanhar o fato, mesmo diante da possibilidade de vir a ser censurado, a cobertura fica registrada e algum dia, dependendo dos ventos democráticos, poderá vir a público. Isso aconteceu, por exemplo, com o jornal O Estado de São Paulo, que sofreu censura interna durante 10 anos seguidos. Depois da redemocratização, o jornal publicou o livro *Mordaça no Estadão*, organizado por José

Maria Mayrink, com as principais notícias censuradas.

Radiofonias: Como se dava a censura à mídia durante a ditadura?

João Batista de Abreu: Emissoras de rádio, televisão e jornais de grande circulação costumavam receber frequentemente notas do Departamento de Censura da Polícia Federal com proibição de menções a fatos, episódios e manifestações que contrariavam os interesses do governo federal e mesmo de autoridades. No começo, as rádios recebiam os avisos por ligação telefônica sem que o interlocutor sequer se identificasse e informasse o número do telefone. Ainda não estava disponível comercialmente o aparelho Bina, identificador de chamadas. É neste cenário que os meios de comunicação tentam equilibrar-se, a maioria conivente com o regime militar por medo e pelos benefícios de concessões de emissoras e verbas oficiais e dos anúncios de empresas estatais.

Radiofonias: As redações recebiam ordens da censura de forma específica?

João Batista de Abreu: Isso acontecia de forma clara. Em setembro de 1972, por exemplo, os jornais receberam algumas recomendações, sob o título Regras Gerais de Censura. É o que poderíamos chamar de Os 8 Mandamentos da Censura. Estas são as regras: 1. Inconformidade com a censura de livros, periódicos, jornais e diversões; 2.

Campanhas visando à revogação dos atos institucionais, nomeadamente do Ato Institucional nº 5; 3. Contestação ao regime vigente. Difere de oposição, que é legal; 4. Notícias sensacionalistas que prejudicam a imagem do Brasil, tendentes a desnaturar as vitórias conquistadas pelo Brasil; 5. Campanha de descrédito à Política Habitacional, Mercado de Capitais e outros assuntos de vital importância para o Governo; 6. Assaltos a estabelecimentos de créditos e comerciais, acompanhado de abundante noticiário, instrutivo e exemplificativo, em sentido negativo; 7. Tensão entre a Igreja Católica e o Estado e agitação nos meios sindicais e estudantis; 8. Ampla publicidade sobre nações comunistas e pessoas do mundo comunista.

Radiofonias: A censura se dava sempre pela proibição de fatos a serem noticiados?

João Batista de Abreu: Não apenas assim, mas havia outras formas. Por exemplo, além dos fatos vedados de noticiar, as rádios eram orientadas a ignorar a existência da censura nos meios de comunicação. É o que se pode chamar de metacensura. Uma nota de 5 de junho de 1973 determinava: “De ordem superior fica terminantemente proibida publicação de crítica ao sistema censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como qualquer notícia, crítica ou referência, escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada, contra órgãos de censura,

censores, legislação censória até posterior liberação. Esta ordem é para qualquer programa”. Houve também um veto, por parte do inspetor Costa Sena, em 19 de setembro de 1972, ao discurso do próprio líder da ARENA no Senado: “A Censura Federal proíbe a divulgação do discurso do líder da Maioria, Senador Filinto Muller, negando que exista censura no Brasil”. É importante lembrar que o ex-major Filinto Muller fora chefe de Polícia no Distrito Federal durante o Estado Novo.

Radiofonias: Pode-se dizer que a ditadura brasileira era um regime contraditório?

João Batista de Abreu: Nem o escritor tcheco Franz Kafka seria capaz de imaginar tal contradição nos regimes autoritários. Em algumas ocasiões a censura atuava como fonte informativa das redações. O secretário de redação do Jornal do Brasil, José Silveira, arquivou algumas notas enviadas pela censura. Uma delas dizia: “O Inspetor Costa Sena telefonou às 21h15min para avisar que um comandante da Marinha, já reformado, teve um acesso de loucura em um avião em São Paulo e criou um problema sério. A notícia não pode ser divulgada”.

Gostaria de lembrar também a relação, às vezes conturbada, da ditadura com a Igreja Católica. A preocupação com os sacerdotes se deve às denúncias de prisões arbitrárias e torturas que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e padres faziam publicamente ou em sermões durante a

missa. Ficaram famosos os sermões do arcebispo de São Paulo, cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, na missa dominical na Catedral da Sé, transmitida pela Rádio Nove de Julho. Não foi à toa que, em 1972, o pedido de renovação da concessão da frequência da emissora vinculada à arquidiocese foi negado pelo Ministério das Comunicações. A nota de 28 de junho de 1973 dizia: “De ordem superior reitero proibição de difusão de notícias tendenciosas sobre supostas torturas baseadas em falsas declarações contidas em relatórios forjados atribuídos a padres brasileiros. Agente Rubem”.

Radiofonias: Na sua avaliação, qual foi a proibição mais incomum daqueles tempos?

João Batista de Abreu: Apesar de toda a virulência da censura oficial imposta pela ditadura civil-militar – herança do Estado Novo getulista (1937-1945) – a proibição mais insólita e também a mais socialmente irresponsável foi durante o surto de meningite que se abateu sobre a região metropolitana de São Paulo e o sul da Bahia, em 1974. A pretexto de evitar pânico entre a população, o Departamento de Censura da PF distribuiu a seguinte nota em 26 de julho de 1974: “De ordem superior, atendendo solicitação em virtude de fato superveniente, fica proibida a divulgação, através dos meios de comunicação social, de entrevista concedida pelo Ministro da Saúde sobre

meningite, e qualquer divulgação de dados e gráficos sobre frequência de meningite, notícias sobre quantidade e datas de chegada de vacinas importadas, bem como referências necessidade de previsão. Divulgação de matéria sensacionalista ou exploração tendenciosa através da imprensa de qualquer assunto relativo a meningite, fica igualmente proibido”.

Cabe lembrar que a meningite é uma doença de alto poder letal que costuma evoluir muito rapidamente para o óbito, se for virótica, ou causar sequelas graves, se bacteriana. Os infectologistas advertem que, diante dos primeiros sinais e sintomas, como manchas escuras nas articulações e a nuca incapaz de se movimentar, o paciente deve ser levado logo para uma unidade de saúde especializada. A pergunta que ficou sem resposta é: quantas pessoas, sobretudo crianças, morreram porque a família desconhecia a existência do surto de meningite e os sintomas e sinais da doença, justamente na maior metrópole do país?

Radiofonias: Especificamente na Rádio Jornal do Brasil, onde o senhor trabalhou, como era a relação com a censura?

João Batista de Abreu: De 1973 a maio de 1978, a Rádio JB recebeu 299 notas de censura, todas até então transmitidas pelo telefone, e sempre valendo por tempo indeterminado. Somente após a intermediação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com o Ministério da Justiça,

as notas começaram a chegar com o nome do inspetor e o telefone de origem. Uma das últimas notas de censura recebida pela Rádio JB foi em abril daquele ano. A nota proibia textualmente a menção à declaração de um dos candidatos da ARENA - o partido governista, ex-governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, e sua pretensão fracassada de se tornar presidente da República. Por ironia, ele foi um dos líderes civis do golpe de 1964. O candidato vencedor fora o general João Batista Figueiredo, ex-chefe da Casa Militar do Governo Medici e chefe do Serviço Nacional de Informações no Governo Geisel. O banqueiro mineiro morreu na praia.

Em relatório interno endereçado ao superintendente da rádio, jornalista Carlos Lemos, a chefe do Departamento de Radiojornalismo Ana Maria Machado fez, em maio de 1978, um relato detalhado dos atropelos que aquela forma de proibição trazia ao trabalho cotidiano, quando a ação da censura começava a dar sinais de esvaziamento no final do Governo Geisel. A jornalista lembrava que a censura telefônica não se constituía na única forma de coerção do Estado de exceção. Também eram constantes as visitas de agentes do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) para apreender fitas com o noticiário gravado que fora ao ar, sob pretexto de averiguar eventuais denúncias de descumprimento das ordens de censura. Vale lembrar que todas as emissoras de amplitude e frequência

modulada eram obrigadas a gravar a programação e armazenar a fita por no mínimo 30 dias. Internamente, essas fitas de rolo de baixa rotação eram chamadas de “dedo duro”. Os textos dos noticiários ficavam arquivados por 90 dias.

O documento de Ana Maria Machado conclui: “Esse conjunto de mecanismos de proibições não escritas e intervenções sem deixar vestígios sujeita os jornalistas de rádio a viver uma situação de puro arbítrio em que a única lei é a do mais forte. Ou seja, a censura age de fato, mas não se escora em qualquer amparo legal, dando a impressão de não existir para quem com ele não convive no cotidiano”.

Radiofonias: Como era a convivência com a censura no dia a dia?

João Batista de Abreu: Conviver com a censura exigia postura preventiva. Quando a direção da redação previa que chegaria uma ordem proibindo a menção a uma manifestação estudantil ou ato público em defesa da anistia e da volta dos exilados, a partir de 1978, por exemplo no campus das PUC do Rio de Janeiro, a Rádio JB cobria o engarrafamento que se estabelecia na rua Marquês de São Vicente e adjacências, na Gávea. Quando o Governo Geisel fechou o Congresso, em abril de 1977, depois de perder uma votação sobre a aprovação da Reforma Judiciária, criando o Pacote de Abril, a orientação era buscar no noticiário internacional episódios grotescos de ditadores mundo afora. Esse ato de resistência, podemos chamar assim, era um

trabalho anônimo e coletivo, com a orientação da chefia e da direção da emissora. Sem este apoio velado, nada poderia ser feito.

Radiofonias: De modo geral, as emissoras de rádio aceitavam as imposições da censura? Ou se mostravam desconfortáveis com a situação?

João Batista de Abreu: Havia várias emissoras que não aceitavam bem o cenário ditatorial. Entre as que mostravam desconforto com as notas de censura, ao lado da Rádio Jovem Pan de São Paulo e da Continental de Porto Alegre, estava a Rádio Jornal do Brasil do Rio. Fundada em 1935 e uma das cinco frequências cariocas a dispor de canal alcance internacional, a rádio manteve-se desde a década de 1960 dedicada ao jornalismo e a uma programação musical voltada para as camadas médias.

Por conta dessa independência foi tirada do ar em três ocasiões. Em junho de 1961, por fazer referência a uma discordância militar sobre armamentos e munições entre o governo Jânio Quadros e o de Arturo Frondizi. Em 1968 pela manifestação após a missa de sétimo dia, na Candelária, do estudante Edson Luiz de Lima Souto, morto por policiais militares no restaurante estudantil Calabouço. A terceira vez foi em 1972.

Cabe destacar que a Rádio JB nunca esteve

entre as de maior audiência, predominando entre os segmentos de camadas médias urbanas. No entanto, a audiência segmentada e a credibilidade do noticiário faziam com que ela servisse de radioescuta pelas demais emissoras.

Radiofonias: E como ficavam os jornalistas neste cenário de imposição?

João Batista de Abreu: O cenário era de um compreensível desconforto dos jornalistas. Desde a imposição do decreto lei 1077, de janeiro de 1970, conhecido como Lei Buzaid (para lembrar o nome do ministro da Justiça do Governo Garrastazu Medici), as notas chegavam à redação das emissoras por telefone. Do outro lado da linha, alguém que não se identificava limitava-se a ler o texto da proibição dizendo apenas que era da parte do Departamento de Censura da Polícia Federal e a seguir desligava. Nenhum nome ou revelação do número do telefone. Vale lembrar que hoje em dia, com a popularização do aparelho identificador de chamadas, tal exigência seria praticamente desnecessária.

A ausência de dados concretos sobre as proibições trazia insegurança para editores e redatores. Afinal, o telefonema poderia não passar de um trote e não havia como checar a veracidade. Lembro mais um trecho do já citado documento escrito pela Ana Maria Machado, hoje acadêmica da Academia Brasileira de Letras: “No momento em que se assinala a suspensão da censura prévia aos jornais, um silêncio

sobre a permanência das proibições ao rádio, à televisão e a algumas revistas pode contribuir para dar a sensação de que o final da censura à imprensa é total. Essa atitude pode reforçar a tendência que sempre acompanhou, nos últimos anos, o controle sobre os noticiários de rádio e tevê: o cuidado em não deixar pistas”.

No documento a jornalista frisa que, ao passo que nos veículos impressos a proibição se fazia por meio de documentos escritos e entregues mediante recibo, o protocolo para os meios audiovisuais se baseava na informalidade: “A mecânica de relacionamento das emissoras de rádio e televisão com os órgãos responsáveis pela censura aos noticiários é baseada numa trama de fios frágeis – a rede telefônica”.

O relato também apontava: “Todo esse processo deixa o jornalista sem qualquer defesa diante de alguns grandes riscos. Em primeiro lugar, o telefonema pode ser falso. Qualquer pessoa pode passar um trote para a emissora, mesmo dando um número de telefone onde possa ser encontrada a seguir para uma eventual confirmação. No entanto, mesmo esse procedimento mínimo de segurança nem sempre é possível, na medida em que algumas vezes os autores dos telefonemas chegam a recusar a hipótese de se identificar pelo telefone”. De acordo com o relato de Ana Maria Machado, o telefonema poderia cair em um ramal do setor administrativo e o jornalista jamais poderia provar não ter recebido a

mensagem. “Numa situação que o próprio Kafka não imaginou, (o jornalista) está sendo regido por uma proibição que desconhece e é passível de sanções por desrespeitá-la”.

Radiofonias: Algum outro documento de destaque daquele tempo?

João Batista de Abreu: Há um texto importante, também de natureza interna, do editor do turno da tarde da Rádio JB, Rosental Calmon Alves. Ele observava que, em 1967, o marechal Castelo Branco, primeiro presidente após o golpe militar, fizera alterações no Código Brasileiro de Telecomunicações, que entrou em vigor em 1962, no governo João Goulart. Só que as mudanças do marechal mantiveram a liberdade de imprensa, prevista no artigo 54 do código: “São livres as críticas e os conceitos desfavoráveis, ainda que veementes, bem como a narrativa de fatos verdadeiros, guardadas as restrições estabelecidas em lei, inclusive em atos de qualquer dos poderes”.

Rosental Calmon, hoje professor da Universidade do Texas, em Austin, menciona que alguns acréscimos efetuados na lei poderiam deixar em situação delicada um policial que porventura telefonasse para a redação anunciando uma proibição. “A autoridade que impedir ou embaraçar a liberdade de radiodifusão ou de televisão fora dos casos autorizados em lei incidirá no que couber na sanção do artigo 322 do

Código Penal. Sob o título Violência Arbitrária, o artigo previa pena de detenção de seis meses a três anos para a autoridade que praticasse violência no exercício da função.

Mas, como se sabe, após a decretação do Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, e a posse do general Garrastazu Medici na presidência da República, em 1969, o tempo fechou e o dia escureceu. A lei Buzaid alterou a Constituição de 1967, no seu parágrafo 153, e estendeu a proibição a publicações e exteriorizações à moral e os bons costumes, antes restritas a espetáculos, aos meios de comunicação e às emissoras de rádio e televisão. A partir de então, as eventuais críticas ao regime militar, tanto no Brasil, quanto no exterior, produzidas por entidades ou divulgadas por agências internacionais de notícias, passaram a depender do crime do Departamento de Censura da Polícia Civil. Falar mal do governo tornara-se atitude antipatriótica e, portanto, passível de proibição.

Cabe destacar ainda que, além da censura oficial, havia a pressão contra as empresas privadas que anunciavam em veículos considerados de oposição. Não era incomum que, após advertência informal feita por “parceiros do regime”, o grupo econômico recebesse a visita de fiscais da Delegacia Regional do Trabalho, para averiguar os contratos dos empregados, o registro na carteira e as folhas de ponto. Companhias que solicitassem empréstimos

de bancos públicos como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal corriam o risco de verem seus pedidos mofarem na gaveta. E, claro, as Divisões de Segurança e Informação (DSI), que existiam em cada universidade, órgão público ou empresa de economia mista, desaconselhavam anúncios de veículos de comunicação tidos como “traidores da pátria”.

Radiofonias: Na sua avaliação, esta forma de atuação da censura junto à mídia seria possível nos dias de hoje?

João Batista de Abreu: Penso que não. Hoje, quase meio século depois, intervenções do Estado autoritário dessa natureza seriam de eficácia duvidosa tal a pulverização dos meios de comunicação digitais e das redes sociais. Não que iniciativas de cerceamento da liberdade de imprensa tenham saído de moda. Basta lembrar a tentativa do Governo Bolsonaro de boicotar o número de casos de Covid e de óbitos para minimizar a extensão da pandemia e economizar verbas de combate à doença de alto contágio e índice letal.

Talvez a maior contribuição dos meios de comunicação hegemônicos no âmbito sanitário nos últimos 50 anos tenha ocorrido durante a pandemia da Covid 19. Falo do consórcio que reuniu os jornais O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, além de veículos regionais. A preocupação em colher dados oficiais nas prefeituras das grandes cidades e nos estados traçou um painel mais seguro dos

efeitos desastrosos da pandemia e reforçou a credibilidade da imprensa hegemônica. Os donos de jornal aprenderam a se vacinar contra a ignorância.

Radiofonias: E quando se deu o fim da censura?

João Batista de Abreu: O ano era 1978. Após 14 anos do golpe civil-militar que mergulhou o país na escuridão, a ditadura começa a perder fôlego. A insatisfação social volta a tomar conta das fábricas e gabinetes, geradas pela queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, o que leva o presidente Ernesto Geisel a assinar decreto-lei proibindo greve em setores considerados de segurança nacional e órgãos públicos. A tortura, o desaparecimento de adversários políticos e as prisões arbitrárias ganham destaque no noticiário internacional, sobretudo após os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog (outubro de 1975) e o operário Manuel Fiel Filho (janeiro de 1976) nas dependências do Doi-codi, em São Paulo. O uso massivo do futebol havia esgotado sua capacidade de se fazer passar como circo do povo. “Onde a ARENA vai mal, o time no Nacional, onde a ARENA vai bem, outro time também”, ironizava o *slogan* da oposição.

O presidente Jimmy Carter visita o Brasil e demonstra descontentamento dos Estados Unidos com a falta de liberdade na sociedade brasileira, agravado pela política internacional e industrial que se distancia

cada vez mais dos interesses norte-americanos, como a assinatura do acordo nuclear Brasil-Alemanha e o apoio velado ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto.

Radiofonias: Houve algum fato marcante do fim da censura ou foi um movimento que se deu de forma mais lenta e gradual?

João Batista de Abreu: O fim da censura prévia nos meios audiovisuais, em junho de 1978, não terminou em festa. Embora os cintos tenham sido afrouxados, os laços do autoritarismo permaneceram fortes por mais alguns anos, pelo menos até o processo de redemocratização do país, que culminou com a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988. Portanto 10 anos depois. O papel da História é passar a limpo fatos e episódios como este para que, ao se tomar conhecimento deles, busque alternativas para fazer valer a liberdade de informar.

O semanário O Repórter registrou em editorial bem-humorado o fim da censura prévia, em junho de 1978: “Exu Tiriri, a entidade a quem apelamos em despacho publicado na edição passada, conseguiu bem mais do que imaginávamos a princípio: acabou com a censura prévia à imprensa escrita de todo o país. A partir de 8 de junho todos os jornais brasileiros estão livres dos censores. (...) agora só falta total liberdade às revistas, emissoras de rádio e tevê, ainda sujeitos à censura prévia, mas por pouco tempo. Exu Tiriri não

terminou seu trabalho. Os censores que se cuidem, porque nosso protetor não descansa”.

Radiofonias: Relembrar estas histórias é um modo de evitar o silenciamento do passado?

João Batista de Abreu: Marc Bloch analisa as dificuldades do historiador de constatar com exatidão os fatos que estuda. “Estamos na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu.; do físico que, retido no quarto pela gripe, só conhece os resultados de sua experiência graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente indireto”. E conclui a seguir: “Que haja nessas observações uma grande parte de verdade, ninguém pensará em negá-lo. Elas exigem, no entanto, serem sensivelmente nuançadas”. Membro da resistência francesa na 2ª Guerra Mundial, Marc Bloch desenvolve um pensamento peculiar sobre o conhecimento. Preso pela Gestapo em Lyon, à espera de ser fuzilado, escreve na cela para o filho de seis anos questionando se o conhecimento profundo da política evitaria mesmo que a História se repetisse. Se assim fosse, as ideias nazistas não sobreviveriam.

Nessa recompilação de relatos históricos, vale lembrar o papel pioneiro desempenhado pelos menestréis da Idade Média, que percorriam as aldeias da

Europa relatando os feitos dos senhores feudais, mas também deixando escapar as mazelas destes mesmos senhores. Poderiam ser classificados como precursores do repórter de rádio, passíveis de punição com o silenciamento pelos donos da terra.

Nos séculos XVI a XVIII a Península Ibérica convivía com os pregoeiros, em Portugal, e os “pregoneros” na Espanha. Ambos alternavam o anúncio de produtos à venda com novidades dos reinos e comunidades distantes. Mais recentemente no Brasil das décadas de 60/70 tínhamos os vendedores, que perambulavam pelos bares e restaurantes divulgando e, às vezes, até interpretando as manchetes dos jornais populares. O restaurante Lamas, no Largo do Machado, no Rio de Janeiro, era um dos desses bares que se ofereciam palcos porta-vozes das notícias.

O pesquisador e jornalista Juan Gargurevich acentua que também nos primeiros tempos do vice-reino do Peru, no século XVI, a necessidade de divulgar os ordenamentos e normas impostos pela Coroa espanhola ajudou a popularizar a figura do pregonero na vida cotidiana das cidades. “A história da informação e da comunicação no Peru tem antecedentes nestes personagens que lembram os jornalistas modernos. A pregoneria tornou-se tão importante que logo mereceu um local especial na rua e ganhou justamente o nome de pregoneria”.

A notícia é algo que sempre escapa entre

os dedos, qualquer que seja a época. Mas é indispensável lembrar que, nos tempos da ditadura civil-militar brasileira, qualquer forma, sem a iniciativa de jornalistas como Ana Maria Machado, José Silveira e Rosental Calmon Alves, as coisas se tornaram ainda mais difíceis para os historiadores e memorialistas dos tempos atuais. Silenciar o passado sempre foi o sonho dos regimes autoritários, seja qual for o matiz ideológico ou religioso.

Radiofonias: Qual a importância destes registros?

João Batista de Abreu: A História serve também para divergir. Quem conhece os fatos do passado aprende, não necessariamente a evitar sua repetição, mas a entender por que às vezes eles se repetem. Talvez, quem sabe, possamos assim colher os frutos e deixá-los aos nossos filhos.

Esse período tenso da história do país e do radiojornalismo precisa ficar registrado para que não caia no esquecimento, principalmente entre os jovens, que não viveram sob a mordada hertziana, nem na escuridão do silêncio. Não existem heróis, nem vilões; apenas personagens anônimos que, de alguma forma – e quase sempre com a aprovação silenciosa dos gerentes e donos de emissoras – exerceram algum tipo de resistência. Jornalistas exercem o papel de cronistas do cotidiano. No caso do

rádio, agem como menestréis da Idade Média apregoando de aldeia em aldeia os mandos e desmandos dos senhores feudais.

Sobre o entrevistado

João Batista de Abreu tem graduação em Jornalismo e Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, é doutor e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com especialização em rádio pelo Ciespal/ Radio Nederland Training Centre.

É professor titular do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa. Publicou os livros *As manobras da informação - análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil*; *Batalha sonora - o rádio na Segunda Guerra Mundial* e *Afasta de mim este cale-se*.

Como jornalista profissional, trabalhou no Jornal do Brasil, Rádio Jornal do Brasil, O Globo, TV Globo, TV Educativa, Jornal do Commercio e Folha de S. Paulo, entre outras empresas.

>> Como citar este texto:

PRATA, Nair; BIANCO, Nelia Del; FARIAS, Karina Woehl. Os bastidores da resistência à censura no rádio. Entrevista: João Batista de Abreu. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 117-128, mai./ago. 2024.